

O alto preço do desmatamento

Com menos de 10% de cobertura florestal, o Paraná precisa preservar o que resta



FOTO: KRAW PENAS

Área desmatada no litoral do Paraná.

Valderi Santos
(Campo Mourão - PR)
Especial para o MultiRural

O Paraná está pagando um preço muito alto pelo desmatamento intenso, reduzindo suas florestas a menos de 10%. As repercussões dessas derubadas são grandes nos planos ecológico, político e sócio-econômico. E mais: com a redução dos refúgios naturais, diversas espécies de animais estão desapa-

recendo, caso da jaguatirica, onça-pintada, lobo-guará e o tatu-canastra, que chega a pesar 60 quilos. Em 1980, a superfície florestal do Estado ainda era de 20%, o que mostra a velocidade da destruição.

Já faltam espaços até para o veado-campeiro, um herbívoro extremamente arisco. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), as maiores investidas contra as matas ocorreram nas

décadas de 60 e 70, com taxas anuais de desmate de 3%. Um comportamento responsável pela generalização da erosão dos solos rurais, com sérios prejuízos ao homem.

Muitos dos bichos sobreviventes agora são apontados como espécies vulneráveis pelos ambientalistas, que denunciam da mesma forma a morte de cursos d'água. Resta saber se a atividade madeireira terá vida longa. Segundo o Iparades, o setor

só não vive uma crise talvez acentuada, porque o Paraná se utilizou da política de incentivos fiscais ao reflorestamento criada pelo Governo Federal em 1966 e plantou 800 mil hectares de árvores.

A indústria da madeira do Estado, que no final da década de 70 representava 26% da produção nacional, está reduzida a cerca de 14%. Apesar da fúria das ações contra as matas naturais, o Estado é um dos que ainda possuem as maiores coberturas florestais no país. De qualquer maneira, o futuro das matas indica para uma possível crise e na lista das consequências piores, estão novas espécies de animais que poderão desaparecer.

Economia ligada às florestas

A relação de espécies em extinção é composta pelo veado-campeiro, mono-carvoeiro, micoleão, lobo-guará, cervo do pantanal, ariranha, tatu-canastra, tamandua-bandeira, jaguatirica, onça-pintada, cachorro-vinagre. Uma lista de mamíferos cuja ameaça de não sobreviverem preocupa bastante o International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. Este é um dos maiores órgãos de proteção à natureza, do mundo. Outro resultado do desmatamento no Estado é a proliferação da

formiga saúva.

Conforme o Iparades, do início do século XIX até meados do atual, a economia do Paraná esteve marcada por atividades ligadas às florestas. Isto ajuda a explicar a forte disputa das árvores. Ainda segundo o Instituto, de 1820 até a grande crise econômica de 30, esta economia, voltada para o mercado externo, se desenvolveu em função do ciclo da mate (*Ilex paraguayensis*) e da exploração do pinheiro (*Araucária angustifolia*), símbolo dos campos locais.

Finda a crise, a indústria madeireira começou a conquistar a Europa, ocupando papel fundamental no progresso do Estado. A atividade era alimentada pelas matas que na época ocupavam cerca de 83% de nosso território. Nos anos 70, o binômio trigo-soja surgiu no princípio na região oeste, passou a contribuir com a drástica redução dos recursos naturais.

Além das migrações e desaparecimento dos bichos silvestres, a produção madeireira e a indústria vêm sofrendo quedas fortes. O futuro das matas remanescentes toma-se mais incerto ainda, quando se sabe que elas representam a terceira fonte de geração de energia no Estado, sob a forma de lenha e carvão vegetal. A maior parte das árvores é retirada dos dispersos maciços naturais.

ÍNDICES INFERIORES AOS DA FAO

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), recomenda para regiões tropicais, a percentagem de 40% a 60% de área florestal. Justifica os números, apontando as influências desfavoráveis dos fatores climáticos sobre os solos descobertos. O Paraná está bem abaixo desses índices, pois são menos de 10% de matas, quando nos anos 30, 83% do território estavam cobertos pelos maciços naturais com a fauna muito rica.

O Iparades mostra que a indústria da madeira e da celulose contribui com cerca de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e com perto de 15% dos empregos na área industrial. No período de 1987/89, o produto da exploração das matas representou quase 9,5% do valor do que foi gerado pela agropecuária. A madeira estava em quarto lugar, atrás do trigo, milho e soja.

Se cai a extensão florestal, as madeiras também sofrem, diminuindo as produções e vagas de emprego. Faltam dados recentes, mas o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades) informa que elas eram cerca de cem em 1990, gerando por ano 800 mil metros cúbicos de madeira serrada e laminada. As espécies mais utilizadas são o Pinus (*Pinus sp.*). As exportações de madeira correspondem a 27,5% dos negócios no país.

Legislação sanitária em debate

Associação luta por uma legislação única para pecuária nos quatro países

Luciana Scheanatto
(Acta Jornalismo)
(Pato Branco - PR)
Especial para o MultiRural

Criada para promover o intercâmbio tecnológico entre Brasil, Argentina e Uruguai, no setor da pecuária, a Associação Internacional das Sociedades Rurais do Mercosul ainda não surtiu efeito prático. Sete meses depois da fundação da Associação Internacional, sediada em Pato Branco, na região Sudoeste do Paraná, as trinta sociedades rurais que a compõem ainda esbarram em uma série de dificuldades especialmente centradas na legislação diferenciada de cada país. O que não impede a troca de informações, principalmente no que diz respeito ao controle sanitário dos animais, ponto nevrálgico quando do assunto é pecuária e Mercosul.

"Há uma série de dificuldades que ainda não foram resolvidas", diz o coordenador geral da Associação Internacional, Roberto Viganó, afirmando que mudanças mais significativas só devem começar a ocorrer a partir do próximo ano. Mesmo assim comissões informais já atuam na Associação em busca de um melhor relacionamento entre os pecuaristas dos quatro países e de um acompanhamento das ações desenvolvidas a nível de governos. "Por enquanto", diz Viganó, "trocamos informações sem caráter oficial porque as regras de cada país para controle de doenças são diferenciadas. Mas pelo menos ficamos sabendo o que se passa com os rebanhos dos países vizinhos", diz ele.

O intercâmbio efetivo no setor de pecuária, admite Viganó, ainda pode demorar um pouco porque depende essencialmente de uma legislação sanitária comum aos quatro países e este é um assunto extremamente delicado. "Unificar a legislação sanitária", diz ele, "é a única maneira para garantir que o Mercosul exista na prática para o setor pecuário". A dificuldade é compreensível. País já considerado livre de febre aftosa, por exemplo, o Uruguai poderá impor restrições, alegando questões sanitárias, para importação de animais dos demais países membros do Mercosul. O mesmo pode ocorrer no lado brasileiro, uma vez que a partir de 1996, o

sul do país - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul também será considerado região livre da aftosa. No final do ano passado, cedendo a pressões dos pecuaristas, o governo argentino proibiu a importação de animais do Brasil, usando como argumento o aparecimento de casos esporádicos de febre aftosa, mantida sob controle.

"Essa é uma questão crucial na pecuária", afirma o chefe do Departamento de Pecuária da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná, Sérgio Machado da Silva. "Há um número indefinível de exigências sanitárias impostas pelos governos que dificultam seriamente as relações nesse setor", diz ele. "Mas não há dúvida de que, em contrapartida há um grande interesse dos pecuaristas em estabelecer relações de troca, muito mais na área de transferência de tecnologia do que propriamente de compra e venda de animais". A necessidade maior, para que o Mercosul aconteça de fato nesse setor, afirma ele, é a padronização das exigências sanitárias.

A transferência de tecnologia - com aumento de produtividade e redução de custos - é de fato o ponto de maior interesse. Sérgio Machado lembra, como exemplo, que a Argentina na área de leite e carne para consumo tem um sistema de produção com raças e tecnologia bastante superiores à brasileira. Em contrapartida, o Brasil se acha mais avançado na avicultura e suinocultura. "A troca de tecnologia é que poderá auxiliar o pecuarista no momento em que produtos de outros países chegam ao mercado com boa qualidade e preços inferiores", diz ele.

O interesse dos pecuaristas em buscar um intercâmbio é evidente, afirma Sérgio Machado, lembrando que o rebanho paranaense já é reconhecido nos países membros do Mercosul como boa qualidade. "O Paraná tem investido muito em melhoramento genético e não é por acaso que há tantos convites de pecuaristas de outros países para que os paranaenses participem de suas feiras e conheçam seu rebanho, como vem acontecendo atualmente".

A própria criação de uma associação de pecuaristas envolvendo os quatro países, como a Associação Internacional das Sociedades Rurais, é um sintoma claro do interesse no intercâmbio. "É uma mostra de que os

pecuaristas estão tomando a dianteira, começando a agir mesmo antes que os governos tomem medidas necessárias". As dificuldades no relacionamento reclamadas por Roberto Viganó, são de fato bastante grandes. Antes que um animal entre no país, por exemplo, é preciso apresentar além das guias de importação e certificado de autorização do Ministério da Agricultura, exames negativos de inúmeras doenças - que em alguns casos podem chegar a 40 certificados, como aftosa, brucelose, tuberculose, viroses diversas, além de declaração de inexistência de doenças exóticas, num processo bastante complicado que inclui a quarentena do animal. Neste caso, o animal importado deve ser mantido sob vigilância em locais

específicos a uma distância pré-determinada da fronteira do país importador.

Embora os pecuaristas já estejam se mobilizando, há pouca expectativa de que a derubada das fronteiras econômicas seja acompanhada pelo fim das exigências sanitárias no mesmo prazo de tempo. Técnicos ligados à pecuária e ao Mercosul lembram que o próprio Mercado Comum Europeu levou muitos anos para resolver a questão. A idéia é a de que, se não há barreira econômica, a questão sanitária deva ser resolvida através de uma legislação única que estabeleça normas comuns a todos os países. E é exatamente aí que a porca torce o rabo: para que as normas sanitárias sejam unificadas é preciso que o

rebanho dos quatro países esteja no mesmo estágio de desenvolvimento, melhoramento genético e controle sanitário. O que, digase de passagem, pode demorar a acontecer.

VOCÊ TEM 125.000 RAZÕES PARA ANUNCIAR NO

MultiRural

NO RIO GRANDE DO SUL LIGUE (051) 336-3721

NOS DEMAIS ESTADOS LIGUE (041) 232-0439

05 a 13

DE NOVEMBRO/94



EXPOPATO

EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E COMERCIAL

PATO BRANCO-PR

APOIO:

BANESTADO

Participe